Captação Ilícita de Sufrágio

Disciplina Legal: Lei n. 9.504/97

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, **o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar**, ao **eleitor**, com o **fim de obter-lhe o voto**, bem ou **vantagem pessoal** de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, **desde o registro** da candidatura **até o dia da eleição**, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e **cassação** do registro ou do diploma, observado o **procedimento previsto no art. 22** da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. [\(Incluído pela Lei nº 9.840, de 1999\)](#)

§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é **desnecessário o pedido explícito de votos**, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir. [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

§ 2º As sanções previstas no caput aplicam-se contra quem praticar atos de **violência ou grave ameaça** a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto. [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

§ 3º A **representação** contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada **até a data da diplomação**. [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

§ 4º O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial. [\(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009\)](#)

Tipo Infracional descritivo

- Elementos essenciais à configuração

6. A captação ilícita de sufrágio, nos termos do art. 41-A da Lei nº 9.504/1997, **aperfeiçoa-se com a conjugação dos seguintes elementos**: (a) a realização de quaisquer das condutas típicas do art. 41-A (*i.e.*, doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza a eleitor, bem como praticar violência ou grave ameaça ao eleitor), (b) o fito específico de agir, consubstanciado na obtenção de voto do eleitor, e, por fim, (c) a ocorrência do fato durante o período eleitoral (...) (REspEI nº 060047727, SÃO LOURENO DO PIAUÍ-PI, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Julgamento: 22/08/2023 Publicação: 24/08/2023)

Bem jurídico protegido

6. A compra de um único voto é suficiente para configurar captação ilícita de sufrágio, uma vez que o bem jurídico tutelado pelo art. 41-A da Lei 9.504/97 é a livre vontade do eleitor, sendo desnecessário aferir potencial lesivo dessa nefasta conduta para desequilibrar a disputa. Precedentes. (RESPE - Recurso Especial Eleitoral nº 54542 - OUROESTE - SP, Acórdão de 23/08/2016, Relator(a) Min. Luciana Lóssio, Relator(a) designado(a) Min. Herman Benjamin, DJE de 18/10/2016, Página 85/86)

Tipo Infracional de Múltiplos Núcleos

- Prometer
- Consumação

AGRAVOS INTERNOS. RECURSOS ESPECIAIS. ELEIÇÕES 2020. VEREADOR. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. **ART. 41-A DA LEI 9.504/97**. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. ART. 22 DA LC 64/90. **PROMESSA E OFERTA DE DINHEIRO** A ELEITORES. **APREENSÃO DE DINHEIRO. LISTA DE ELEITORES**. MATERIAL DE PROPAGANDA. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. GRAVIDADE. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

8. Extrai-se do aresto *a quo* que, na noite do dia 14/11/2020 - véspera do primeiro turno do pleito municipal -, policiais abordaram o **cabo eleitoral** quando saía da residência de Elisângela da Silva, acompanhado desta e de sua esposa, e encontraram **no interior de seu veículo** "[...] um envelope branco contendo **R\$ 1.950,00 em espécie e 02 (duas) listas**, uma delas com **nomes de pessoas e valores**, e outra com nomes, endereços e telefones; e no banco traseiro, santinhos e adesivos do candidato a vereador. Em seguida, realizaram busca pessoal em Paulo Roberto Beserra Leite, encontrando no bolso de sua calça a quantia de R\$ 850,00 e, em sua carteira, outros R\$ 305,00".

9. Ademais, conforme auto de prisão em flagrante, Elisângela da Silva, cujo nome constava em uma das listas com o valor a receber de R\$ 250,00, "[...] ao ser questionada pelo policial condutor Cícero Albery Lopes da Silva, teria confirmado que a situação se tratava de compra de votos, o que motivou a condução de todos à Delegacia de Polícia e a prisão em flagrante do [agravante] Paulo Roberto Beserra Leite".

(REspEI - Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 060040748 - RIO LARGO - AL, Acórdão de 16/05/2023, Relator(a) Min. Benedito Gonçalves, DJE de 26/05/2023)

Sujeito ativo da corrupção: candidato

- Participação, anuência, conhecimento

Nesse ponto, o acórdão recorrido se harmoniza com o entendimento consolidado desta Corte no sentido de que “a aplicação das sanções previstas no art. 41-A da Lei das Eleições exige prova robusta de que o **candidato participou** de **forma direta** com a promessa ou a entrega de bem em troca do voto ou, de **forma indireta**, com ela **aniu ou contribuiu**, não bastando meros indícios e presunções” (...) RESPE nº 50642, BARRA DE SANTO ANTÔNIO-AL, Rel. Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Julgamento: 15/12/2017. Publicação: 02/02/2018

3. Consoante o art. 41-A da Lei 9.504/97, constitui captação ilícita de sufrágio **o candidato - diretamente ou por terceiros** - doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem de qualquer natureza a eleitor com o fim de obter-lhe o voto. (REspEI - Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 060040748 - RIO LARGO - AL, Acórdão de 16/05/2023, Relator(a) Min. Benedito Gonçalves, DJE de 26/05/2023)

“(…) **a participação do candidato na captação ilícita de sufrágio há de ser analisada pelo prisma teleológico da norma, sob pena de se esvaziar o conteúdo do dispositivo.** Nesse sentido a jurisprudência do TSE, ao asseverar que “(...) Para a caracterização da infração ao art. 41-A da Lei das Eleições, **é desnecessário que o ato de compra de votos tenha sido praticado diretamente pelo candidato**, mostrando-se suficiente que, evidenciado o benefício, haja **participado** de qualquer forma ou com ele **consentido.**” (RESPE - Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 25878 - BRASÍLIA - DF, Acórdão de 22/03/2007, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13/04/2007, Página 235)

Sujeito passivo da corrupção

- Eleitor determinado ou determinável
6. Na linha da jurisprudência desta Corte, para a configuração do ilícito previsto no art. 41-A da Lei 9.504/97, a promessa de **vantagem pessoal** em

troca de voto deve corresponder a benefício a ser obtido **concreta e individualmente** por **eleitor determinado ou determinável**.

7. Na espécie, conforme a moldura fática delineada no acórdão regional, não houve promessa de bem ou vantagem pessoal, consoante exige a norma em epígrafe, mas, sim, **promessa dirigida a uma coletividade**. A delimitação dos destinatários da propaganda eleitoral - **moradores dos condomínios Nova Caraguá e Jetuba** - não retira o caráter genérico da promessa, uma vez que a isenção da taxa condominial beneficiaria os condôminos indistintamente. (RESPE - Recurso Especial Eleitoral nº 47444 - CARAGUATATUBA - SP, Acórdão de 14/03/2019, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, DJE de 30/04/2019)

(...) Apanhados os fatos tais como descritos pela decisão recorrida, resta **configurada a infração** prevista no art. 41-A da Lei n. 9.504/97, uma vez evidenciado que a candidata **ofereceu ou prometeu dinheiro a determinado grupo de eleitores** em troca de voto. (RESPE nº 19644 - ARACAJU - SE, Acórdão nº 19644 de 03/12/2002, Relator(a) Min. Barros Monteiro, DJ de 14/02/2003, Página 190, RJTSE - Revista de jurisprudência do TSE, Volume 14, Tomo 1, Página 268)

Vantagem pessoal, não genérica

(...) a jurisprudência do c. TSE é unânime em afirmar que a **difusão de promessas em caráter geral**, que se apresentam como um benefício a ser obtido pela coletividade caso eleito o candidato, **não configura captação ilícita de sufrágio** (RESPE nº 83312, FREI GASPAR-MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Julgamento: 08/03/2016 Publicação: 11/03/2016)

Elemento subjetivo/Especial fim de agir

4. Conforme previsão do art. 41-A, § 1º, da Lei nº 9.504/97, é **prescindível o pedido explícito de voto, bastando a evidência do especial fim de agir**, qual seja, a **vontade de obter o voto** do eleitor cooptado. (RESPE - Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 20855 - BARBALHA - CE, Acórdão de 05/11/2019, Relator(a) Min. Edson Fachin, DJE de 07/02/2020, Página 35/36)

Período de incidência

- Requerimento de registro

11. Deve ser acolhida a tese de inexistência de elementos para a configuração, no caso concreto, de captação ilícita de sufrágio. Nos termos do art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 e da jurisprudência desta Corte, a conduta ilícita é configurada pelo preenchimento cumulativo dos seguintes elementos: (i) realização de quaisquer condutas de doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, bem como praticar violência ou grave ameaça ao eleitor; (ii) específica finalidade de obter voto em favor de determinada candidatura; e (iii) ato praticado em período compreendido entre a **data de formalização do pedido de registro** de candidatura e a data da eleição. Precedentes. (RESPE - Recurso Especial Eleitoral nº 46996 - ITAPETININGA - SP, Acórdão de 13/06/2019, Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Relator(a) designado(a) Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 29/08/2019)